

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### QUESTÃO 11

A secretaria de educação de um estado da Federação resolveu realizar licitação na modalidade convite com a finalidade de contratar empresa para a construção de novas escolas. Encerrada a licitação, com a habilitação das empresas e a classificação das propostas, o processo administrativo foi enviado ao secretário de educação do estado, autoridade competente para a aprovação do procedimento. Após examinar o processo, o secretário identificou que, devido ao valor da licitação, a modalidade juridicamente adequada seria a concorrência.

À luz da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei Estadual n.º 14.184/2002, a autoridade competente

- A** poderá anular a licitação por razões de ilegalidade, desde que provocada por alguma das empresas convidadas e assegurada a correspondente indenização pelos prejuízos causados.
- B** poderá revogar a licitação por razões de interesse público, desde que o fato superveniente identificado esteja comprovado no processo administrativo.
- C** deverá anular de ofício a licitação, por motivo de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- D** poderá optar pela convalidação da licitação para atender ao princípio da economicidade, desde que observado o prazo decadencial de três anos.
- E** deverá revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, desde que a decisão não acarrete lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.

#### QUESTÃO 12

De acordo com a Lei Estadual n.º 869/1952, o ato pelo qual o servidor aposentado reingressa no serviço público, após verificação, em processo administrativo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria, denomina-se

- A** aproveitamento.
- B** reversão.
- C** readaptação.
- D** transferência.
- E** reintegração.

#### QUESTÃO 13

Maria, médica e servidora concursada da rede pública de saúde do estado de Minas Gerais, trabalhava em hospital localizado em Belo Horizonte. Após responder a processo administrativo disciplinar por inassiduidade, Maria foi punida pelo seu superior hierárquico, agente legalmente competente, com remoção para hospital público localizado na cidade de Juiz de Fora.

De acordo com a doutrina e a Lei Estadual n.º 869/1952, a punição aplicada a Maria configura

- A** legítimo exercício do poder hierárquico, uma vez que a relação de hierarquia pressupõe a competência do superior para aplicar aos subordinados penalidades, como a remoção.
- B** abuso de poder, na modalidade desvio de poder, uma vez que o ato administrativo de remoção foi praticado com finalidade diversa da prevista em lei.
- C** legítimo exercício do poder de polícia, uma vez que a administração pública possui a prerrogativa de limitar direitos individuais para salvaguardar a ordem pública.
- D** legítimo exercício do poder disciplinar, uma vez que Maria violou o seu dever funcional de assiduidade.
- E** abuso de poder, na modalidade excesso de poder, uma vez que não foi respeitada a competência legalmente prevista para a aplicação da penalidade.

#### QUESTÃO 14

O tribunal de contas de um estado, ao analisar as contas de determinado prefeito, verificou que houve gasto de recursos públicos com a elaboração de cartilhas escolares com nomes, símbolos e imagens que caracterizavam a promoção pessoal de autoridades públicas do município.

Nessa situação, a conduta do prefeito afrontou especialmente o princípio da

- A** razoabilidade.
- B** impessoalidade.
- C** economicidade.
- D** eficiência.
- E** boa-fé.

#### QUESTÃO 15

De acordo com a Lei n.º 13.303/2016, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, é a

- A** sociedade de economia mista.
- B** empresa pública.
- C** autarquia.
- D** fundação.
- E** organização social.

**QUESTÃO 16**

O governo do estado de Minas Gerais pretende celebrar parceria com determinada pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O ajuste administrativo envolve o repasse de recursos financeiros estaduais para a capacitação de professores da rede pública estadual.

No caso apresentado, para atrair o regime jurídico aplicável às OSCIP, o instrumento jurídico a ser celebrado entre as partes deverá ser o

- A convênio.
- B contrato de gestão.
- C contrato administrativo de concessão patrocinada.
- D termo de parceria.
- E contrato de direito privado.

**QUESTÃO 17**

Conforme a Lei n.º 8.666/1993, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de

- A aplicar a sanção de suspensão permanente de participação em licitações públicas à empresa contratada no caso de inexecução total do ajuste.
- B ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.
- C optar pelo contrato verbal nos casos de serviços prestados de forma continuada.
- D rescindi-los, unilateralmente, no caso de a contratada paralisar a obra sem justo motivo e sem prévia comunicação à administração pública.
- E alterá-los, unilateralmente, para aumentar em mais de 50% o valor do contrato no caso de ser necessário ampliar a quantidade do objeto contratado.

**QUESTÃO 18**

Determinado município pretende delegar, a título não precário, a prestação do serviço de transporte público municipal à iniciativa privada, admitindo a cobrança de tarifa do usuário. Após a realização do devido procedimento licitatório, foi escolhida a melhor proposta.

De acordo com a legislação pertinente, o instrumento jurídico a ser celebrado deverá ser o

- A contrato de concessão administrativa.
- B contrato de adesão de permissão de serviço público.
- C contrato de autorização de serviço público.
- D contrato de concessão de serviço público.
- E contrato administrativo de empreitada integral.

**QUESTÃO 19**

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, agente público que pratique dolosamente ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras, às penalidades de

- A suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, no caso de concessão indevida de benefício tributário.
- B ressarcimento integral do dano e perda da função pública, no caso de ordenação de despesas não autorizadas por lei.
- C perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e proibição de receber benefícios fiscais, no caso de ato que frustra a licitude de concurso público.
- D detenção e ressarcimento integral do dano, no caso de utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do acervo patrimonial de autarquia estadual.
- E reclusão e pagamento de multa, no caso de omissão do dever de prestar contas.

**QUESTÃO 20**

Compete aos tribunais de contas estaduais

- A apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- B fiscalizar os recursos federais repassados pela União às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos localizadas no território estadual.
- C julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.
- D suspender, de forma cautelar e unilateral, a execução de contrato administrativo celebrado irregularmente por autarquia estadual.
- E exercer o controle interno do poder executivo estadual quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 21**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- A a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- B a utilização de organização paramilitar.
- C a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- D a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- E a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.

**QUESTÃO 22**

A capacidade eleitoral ativa é inviabilizada pela

- A incompatibilidade.
- B inelegibilidade funcional.
- C descompatibilização.
- D inelegibilidade relativa reflexiva.
- E inalistabilidade.

**QUESTÃO 23**

A Constituição Federal de 1988 dispõe que são bens da União

- A as águas subterrâneas em depósito.
- B as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.
- C as ilhas fluviais e lacustres.
- D as ilhas oceânicas e costeiras.
- E as águas superficiais fluentes.

**QUESTÃO 24**

Determinado estado-membro se desfez de parte de seu território, e a população ali residente foi unida a outro estado-membro, sem que aquele perdesse a sua identidade originária.

Nessa situação, ocorreu a modalidade de formação de estados federados denominada

- A incorporação.
- B subdivisão.
- C desmembramento por anexação.
- D desmembramento por formação.
- E fusão.

**QUESTÃO 25**

O tribunal de contas estadual poderá recomendar a intervenção do estado em município caso

- A o prefeito apresente as contas após o prazo determinado em lei.
- B não tenha sido aplicado o mínimo da receita municipal para a manutenção da segurança pública.
- C o ente municipal deixe de pagar, por um ano, a dívida fundada.
- D haja indícios da prática de ato de improbidade pelo prefeito.
- E não tenha sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

**QUESTÃO 26**

A Constituição Federal de 1988 veda expressamente a edição de medida provisória que

- A verse sobre a seguridade social.
- B trate das diretrizes e bases da educação nacional.
- C regulamente a concessão de serviços locais de gás canalizado.
- D implique a instituição ou majoração de impostos.
- E regulamente o regime de portos e a navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

**QUESTÃO 27**

No auxílio a comissão parlamentar de inquérito, o tribunal de contas poderá

- A sustar o pagamento de despesa executiva irregular que possa causar dano irreparável à economia pública.
- B determinar o arresto de bens do investigado.
- C julgar as contas do presidente da República que tenham sido reprovadas.
- D solicitar que membro do tribunal de contas seja inquirido em local, dia e hora previamente ajustados.
- E julgar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública.

**QUESTÃO 28**

As leis delegadas, elaboradas pelo presidente da República, são medidas que

- A terão a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- B serão apreciadas pelo Congresso Nacional — separadamente, em cada uma das casas que compõem esse órgão.
- C poderão ser estendidas para além do período da legislatura.
- D impedirão que o Congresso Nacional legisle acerca de matéria que já seja objeto de lei delegada.
- E poderão tratar dos planos plurianuais.

**QUESTÃO 29**

O Tribunal de Contas da União é competente para

- A julgar conflitos de atribuições entre tribunais de contas dos estados e a União.
- B criar tribunais de contas nos estados-membros.
- C entregar os recursos dos fundos constitucionais de participação.
- D representar exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal em caso de desobediência a auditoria contábil de sua alçada.
- E fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.

**QUESTÃO 30**

A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

- A Ministério Público e Defensoria Pública.
- B advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.
- C Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.
- D Ministério Público e advocacia pública.
- E Defensoria Pública e advocacia pública.

**DIREITO FINANCEIRO****QUESTÃO 31**

Ao apreciar a legalidade do orçamento público, um auditor de contas identificou leis delegadas, decisões judiciais, medidas provisórias e resoluções do Senado Federal que versavam sobre orçamento público.

Nessa situação hipotética, o auditor deve

- A observar os limites fixados em resoluções do Senado Federal e considerar a jurisprudência orçamentária.
- B dispensar a jurisprudência orçamentária e aplicar as medidas provisórias.
- C ignorar o aspecto político das referidas normas financeiras.
- D fazer cumprir as leis delegadas e as medidas provisórias.
- E desconsiderar as medidas provisórias e aplicar as leis delegadas.

**QUESTÃO 32**

Considere que um empenho classificado como global tenha sido cancelado em decorrência de descumprimento de obrigação pelo fornecedor durante o último mês do mandato de determinado prefeito. A esse respeito, julgue os seguintes itens.

- I A motivação dada para o cancelamento do empenho é válida.
- II O cancelamento do empenho tem fundamento na conveniência administrativa.
- III No último mês do mandato de prefeito, é válido empenho em valor superior a um duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 33**

Fundo público criado por meio de lei ordinária, com dotação genérica e sem especificação dos gastos concretos de sua atuação, será analisado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais como

- A regular, pois a criação, a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser determinados por lei ordinária.
- B regular, pois os fundos são exceção ao princípio da especificação e da unidade da tesouraria.
- C irregular, visto que os fundos devem obedecer ao princípio da especificação dos gastos.
- D irregular, uma vez que a criação de fundo deve se dar por meio de lei complementar.
- E irregular quanto ao princípio da especificação, porque os fundos são exceção ao princípio da unidade de tesouraria.

**QUESTÃO 34**

Empréstimo tomado por ente federativo para atender a despesas de restos a pagar

- A aumenta a dívida pública fundada.
- B possui a mesma classificação da dívida para atender a depósitos de cauções.
- C integra a dívida de longo prazo.
- D pode ensejar intervenção federal se não ocorrer o pagamento da dívida no exercício seguinte.
- E é receita pública em sentido estrito.

**QUESTÃO 35**

O princípio do equilíbrio orçamentário

- A exige o planejamento de ações orçamentárias por meio de programas.
- B veda a consignação de dotação global.
- C permite flexibilização em momento de recessão econômica.
- D impede a existência de déficits públicos.
- E dispensa o estabelecimento de metas fiscais.

**QUESTÃO 36**

O controle financeiro e contábil exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

- A poderá atingir somente as pessoas jurídicas e os servidores públicos.
- B abrange aspectos operacionais e de cumprimento de metas.
- C ocorrerá apenas de forma concomitante ou subsequente ao ato impugnado.
- D abrange o mérito e a conveniência do ato impugnado no aspecto contábil.
- E não se submete às regras constitucionais previstas para o Tribunal de Contas da União.

**QUESTÃO 37**

Receita decorrente de *royalties* da exploração de gás natural e auferida por município de estado federado é classificada como

- A receita patrimonial.
- B transferência corrente.
- C outras receitas correntes.
- D receita de serviços.
- E receita industrial.

**QUESTÃO 38**

A classificação das receitas tributárias adotada pela Lei n.º 4.320/1964 abrange

- A receita oriunda de contribuições especiais.
- B receita oriunda de alienações de bens.
- C receita oriunda de contribuições de melhoria.
- D juros oriundos de operação de amortização de empréstimos.
- E receita oriunda de empréstimos compulsórios.

**QUESTÃO 39**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o rol de competências dos tribunais de contas abrange

- A a função de alerta quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar metade do limite.
- B a fiscalização dos limites da despesa de pessoal em relação à receita patrimonial.
- C a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão para fins de registro.
- D a realização de controle interno do Ministério Público.
- E a apreciação de concessão de reforma militar para fins de registro.

**QUESTÃO 40**

O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- A judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- B judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- C administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- D judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.
- E administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.

## NOÇÕES DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA

### QUESTÃO 41

Uma companhia efetuou, em 1.º/9/2017, pagamento de prêmio de seguro, no valor de R\$ 1.800.000, referente à proteção de seus imóveis contra incêndios e outros sinistros pelo prazo de dois anos, a contar da data do pagamento.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, em 31/12/2017, com referência às despesas de seguro pagas antecipadamente, deve ter constado do ativo não circulante da companhia o valor de

- A R\$ 900.000.
- B R\$ 1.800.000.
- C R\$ 600.000.
- D R\$ 1.500.000.
- E R\$ 300.000.

### QUESTÃO 42

A tabela seguinte apresenta dados, em reais, retirados da demonstração do resultado do exercício de uma companhia no período de 20XX.

receita de vendas de mercadorias	800.000
devolução de vendas	50.000
descontos condicionais concedidos	40.000
impostos sobre vendas	200.000
custo das mercadorias vendidas	350.000

Considerando-se essa tabela, o valor da receita líquida relativo ao período em questão é igual a

- A R\$ 560.000.
- B R\$ 200.000.
- C R\$ 550.000.
- D R\$ 160.000.
- E R\$ 510.000.

### QUESTÃO 43

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964 e o Decreto n.º 93.872/1986, a dívida flutuante compreende

- A créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- B as despesas de exercícios anteriores.
- C os restos a pagar e as operações de crédito por antecipação de receitas.
- D a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil.
- E obrigações que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

### QUESTÃO 44

O princípio orçamentário da exclusividade foi consagrado na Constituição Federal de 1988 (CF) por meio da determinação de que a lei orçamentária anual não contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. No entanto, a CF prevê como exceção a essa regra a autorização para a abertura de créditos

- A suplementares e para a contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita.
- B especiais e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- C suplementares e para a liquidação dos passivos financeiros e dos restos a pagar.
- D especiais e suplementares e para a contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita.
- E suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

### QUESTÃO 45

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, o relatório de gestão fiscal deve conter

- A o balanço orçamentário e o balanço patrimonial.
- B a apuração da receita corrente líquida.
- C a apuração dos resultados nominal e primário.
- D a demonstração do volume de recursos licitados para obras públicas.
- E o comparativo do montante total das despesas de pessoal com os limites estabelecidos nessa lei.

### QUESTÃO 46

Um auditor independente examinou se determinado critério de avaliação do objeto de assegurar inclui os devidos pontos de referência e pode influenciar as conclusões no contexto do trabalho.

Nessa situação hipotética, o auditor realizou o exame de

- A integridade.
- B entendimento.
- C relevância.
- D confiabilidade.
- E neutralidade.

### QUESTÃO 47

Ao verificar a racionalidade com que os recursos alocados a determinados programas em um órgão público são aplicados, o auditor governamental realiza o exame de

- A contas.
- B economicidade.
- C eficácia.
- D eficiência.
- E efetividade.

### QUESTÃO 48

Sabendo que a documentação de auditoria, independentemente do meio de sua elaboração, deve ser organizada e agrupada segundo sua finalidade, assinale a opção que indica a informação que deve ser arquivada como documentação de conteúdo corrente.

- A composição da estrutura organizacional
- B cópias de demonstrações financeiras
- C correspondência enviada ou recebida
- D planos e metas de longo prazo
- E pedidos e comprovantes de diárias

**QUESTÃO 49**

O auditor designado para planejar a supervisão dos membros da equipe de auditoria poderá, em seu planejamento, ignorar

- A** a área da auditoria.
- B** os riscos de distorções relevantes.
- C** a capacidade dos membros individuais da equipe.
- D** as auditorias anteriormente realizadas.
- E** o porte e a complexidade da entidade.

**QUESTÃO 50**

A respeito da formação da opinião do auditor e da emissão do relatório de auditoria, assinale a opção correta.

- A** A conclusão do auditor deve restringir-se à obtenção de evidência de auditoria apropriada.
- B** A avaliação da adequação da apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória.
- C** O parágrafo introdutório do relatório deve fazer referência ao resumo das principais práticas contábeis.
- D** O relatório do auditor independente pode ser emitido por escrito ou oralmente.
- E** O relatório do auditor independente deve ser endereçado com exclusividade à administração da entidade auditada.

Espaço livre